

**Agência de Promoção de
Exportações do Brasil -
Apex-Brasil**

**Demonstrações contábeis intermediárias
em 31/03/2020 e Relatório de revisão dos
Auditores independentes**

Maio de 2020

CONTEÚDO

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2020	3
--	----------

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2020

À Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da
Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Demonstrações contábeis intermediárias da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil (“Apex-Brasil” ou “Entidade”), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de março de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e das informações orçamentárias para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Apex-Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP). Nossa responsabilidade é a de expressar uma Conclusão sobre essas Demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão de auditoria.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma Opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apex-Brasil em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e as informações orçamentárias para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela elaboração dessas informações de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP).

Ênfases

- 1) Sem modificar a nossa Conclusão, chamamos a atenção para os fatos divulgados na Nota explicativa nº 1.5 que apresenta, entre outros assuntos, os efeitos do Covid-19 nas operações da Apex-Brasil. Dentre os assuntos apresentados na referida nota explicativa, destacamos os seguintes:
 - i) Possível redução futura da principal receita da Apex-Brasil, em função da redução da contribuição previdenciária das empresas;
 - ii) Efeito do cancelamento de feiras para as quais a Apex-Brasil já havia firmado contratos de espaço e montagem, com despesas já registradas no resultado de 2019 e de 2020. A Administração da Apex-Brasil está em negociação com cada parte visando alternativas de recuperação dos valores dispendidos, seja através de reembolso ou de créditos para serem compensados em eventos futuros, cujo total em discussão, em 31 de março de 2020, é de R\$ 19,8 milhões. Em função de não terem sido firmados aditivos contratuais que garantam a recuperação destes valores, a Administração da Apex-Brasil optou por não registrar qualquer ativo resultante desse assunto em suas Demonstrações contábeis intermediárias.
- 2) Conforme descrito nas Notas explicativas 2.2 e 2.3, a partir de 2020, a Apex-Brasil passou a adotar as normas contábeis aplicadas ao setor público, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União - Acórdão TCU 991/2019. Estas normas não apresentaram quaisquer alterações em relação às normas anteriormente aplicadas pela Apex-Brasil, portanto, sem quaisquer efeitos na adoção inicial, exceto principalmente por alterações nas divulgações e nomenclaturas de contas, inclusão da Demonstração das informações orçamentárias como parte das demonstrações contábeis e as correspondentes notas explicativas.

Outro assunto

O Balanço patrimonial da Apex-Brasil em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparabilidade, foi auditado por nós e sobre o qual emitimos uma Opinião sem ressalva em 7 de fevereiro de 2020. As demonstrações contábeis intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de março

de 2019, também apresentadas para fins de comparabilidade, foram revisadas por nós e sobre as quais emitimos uma Conclusão sem ressalva em 26 de julho de 2019.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2020

NEXIA TEIXEIRA Auditores
CRC MG 5.194



Domingos Xavier Teixeira

Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM

Em milhares de reais

	Nota	31/03/2020	31/12/2019		Nota	31/03/2020	31/12/2019
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.690	3.182	Obrigações trabalhistas e sociais	12	13.707	12.944
Aplicação financeira	5	346.216	317.302	Contas a pagar e fornecedores	13	5.269	6.252
Créditos a receber	6	40.115	72.350	Obrigações tributárias e previdenciárias	14	1.006	726
Adiantamentos concedidos	7	20.911	18.196	Arrendamentos a pagar	15	5.029	5.591
Outros ativos circulantes	8	2.713	1.860			25.011	25.513
		442.645	412.890				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicação financeira	5	85.846	77.286	Obrigações a pagar de longo prazo	16	655	619
Depósitos judiciais e garantias	9	3.799	3.711	Arrendamentos a pagar	15	13.574	13.600
Direitos em Uso de Arrendamento	10	16.927	17.830	Provisão para riscos tributários e trabalhistas	17	123.196	120.045
Imobilizado	11	3.985	4.228			137.425	134.264
Intangível	11	1.957	1.839				
		112.514	104.894	PATRIMÔNIO SOCIAL	18		
		555.159	517.784	Superávit acumulado		358.007	253.416
				Superávit do período		34.716	104.591
						392.723	358.007
						555.159	517.784

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS TRIMESTRES FINDOS EM

Em milhares de reais

	Nota	31/03/2020	31/03/2019
Receita sem contraprestação com contribuição social líquida	19	121.101	118.143
Receitas com contraprestação de serviços e outras receitas	20	1.450	2.390
Total das receitas operacionais		122.551	120.533
Custos e despesas operacionais			
Despesas com convênios e projetos	21	(33.691)	(42.990)
Despesas com projetos finalísticos	21	(11.957)	(18.069)
Despesas com viagens	22	(1.896)	(1.323)
Despesas com comunicação, marketing e propaganda	23	(1.543)	(2.849)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	24	(29.559)	(31.447)
Despesas gerais e administrativas	25	(5.425)	(5.533)
Despesas com provisão judicial e administrativa	26	(2.741)	(2.441)
Despesas tributárias	27	(3.204)	(3.176)
Despesa com depreciação e amortização	28	(1.963)	(1.812)
Outras receitas (despesas) operacionais		(30)	-
		(92.009)	(109.640)
Superávit antes do resultado financeiro		30.542	10.893
Resultado financeiro líquido	29		
Receitas financeiras		7.356	4.867
Despesas financeiras		(3.182)	(2.465)
		4.174	2.402
SUPERÁVIT DO PERÍODO		34.716	13.295

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA
DE ABREU FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DO EXERCÍCIO DE 2019

Em milhares de reais

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do período	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	263.605	(10.189)	253.416
Incorporação do déficit do exercício anterior	(10.189)	10.189	-
Superávit do período do 1º trimestre de 2019	-	13.295	13.295
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019	253.416	13.295	266.711
Superávit do período de abril a dezembro de 2019	-	91.296	91.296
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	253.416	104.591	358.007
Incorporação do superávit do exercício anterior	104.591	(104.591)	-
Superávit do período do 1º trimestre de 2020	-	34.716	34.716
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	358.007	34.716	392.723

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA
DE ABREU FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS TRIMESTRES FINDOS EM

Em milhares de reais

	31/03/2020	31/03/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	34.716	13.295
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
. Depreciação e amortização	1.963	1.812
. Baixa de ativo imobilizado e intangível	31	-
. Resultado de aplicações financeiras	(4.356)	(4.313)
. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.151	3.527
. Juros de arrendamentos a pagar	613	741
. Variação cambial líquida	238	(9)
	1.640	1.758
Geração Operacional	36.356	15.053
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	32.235	27.204
Adiantamentos concedidos	(2.715)	13.685
Direitos de créditos	(853)	376
Depósitos judiciais e garantias	(88)	(147)
	28.579	41.118
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações trabalhistas e sociais	763	1.712
Contas a pagar e fornecedores	(983)	2.753
Obrigações tributárias e previdenciárias	280	1.299
Outros passivos não circulantes	36	30
	96	5.794
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	65.031	61.965
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Instrumentos financeiros, líquido	(33.118)	(63.869)
Aquisições de bens do imobilizado	(66)	-
Aquisições de bens do intangível	(229)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.413)	(63.869)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Arrendamentos	(2.109)	(1.852)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.109)	(1.852)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.508	(3.756)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.182	8.365
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	32.690	4.609
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.508	(3.756)

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

EDERVALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

Em milhares de reais

	Orçamento aprovado		Executado até 31/03/2020	% Execução (acumulado)
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada		
RECEITA CORRENTE	528.650	539.462	126.806	24
Receita Contribuição Social Ordinária (CSO)	504.292	515.103	121.102	24
Receita Patrimonial	14.810	14.810	4.341	29
Receita de Serviços	9.549	9.549	1.291	14
Receita de Patrocínio	-	-	-	-
Outras Receitas	-	-	72	-
RECEITA CAPITAL	354.391	386.024	386.024	100
TOTAL RECEITAS	883.041	925.486	512.831	55

	Orçamento aprovado		Executado até 31/03/2020	% Execução (acumulado)
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada		
DESPESA CORRENTE	628.878	677.596	92.724	14
Outras Despesas Correntes	497.565	546.283	63.164	12
Projetos Finalísticos	136.015	169.105	12.011	7
Comunicação e Marketing	41.916	41.594	1.543	4
Patrocínios	7.950	7.950	-	0
Convênios	185.570	185.758	35.896	19
Locação Bens Moveis e Imóveis	14.274	14.274	3.396	24
Serviços Técnicos Especializados	36.232	36.077	2.689	7
Despesas Gerais e Administrativas	7.698	7.804	2.253	29
Despesas Com Viagens	22.059	22.167	1.495	7
Capacitação	783	783	224	29
Despesas Tributárias	42.920	58.147	3.204	6
Despesas Financeiras	105	105	39	37
Outras Despesas	2.043	2.520	415	16
Pessoal, Encargos e Benefícios sociais	131.313	131.313	29.559	23
Remuneração	80.178	80.178	18.577	23
Encargos Trabalhistas	24.779	24.779	5.457	22
Benefícios	26.356	26.356	5.525	21
RESERVA	254.163	247.890	-	0
TOTAL DESPESAS	883.041	925.486	92.724	10

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2020

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

1.1 Constituição

A Agência de Promoção de Exportações do Brasil, designada também como Apex-Brasil (“Agência” ou “Entidade”), foi constituída na forma de pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, sob a forma de Serviço Social Autônomo.

A constituição da Entidade decorreu da edição da Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, que foi convertida na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.584/2003. Referido Decreto foi alterado posteriormente pelo Decreto nº 8.440, de 29 de abril de 2015 e pelo Decreto nº 8.788, de 21 de junho de 2016, passando a responsabilidade de supervisão da Agência para o Ministério das Relações Exteriores – MRE, anteriormente vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Em razão de a Apex-Brasil ser uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, os seus atos constitutivos e posteriores foram registrados no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

1.2 Objetivo social e operação

O objetivo da Apex-Brasil é o de promover exportações brasileiras e investimentos em cooperação com o Poder Público, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras, por meio da pesquisa, da formação e capacitação, do desenvolvimento institucional, dentre outras ações, observadas as políticas nacionais de desenvolvimento, sobretudo no que tange aos setores de indústria, comércio, serviços, tecnologia e agricultura, com ênfase no favorecimento às empresas de pequeno porte e na geração de empregos.

A sua missão é desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização dos seus negócios e a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

A Apex-Brasil atua de diversas formas para promover a competitividade das empresas brasileiras em seus processos de internacionalização, oferecendo inteligência de mercado, qualificação empresarial, estratégia para internacionalização, promoção de negócios e imagem e atração de investimentos estrangeiros para empresas brasileiras, sem que se tenha o ânimo de lucro.

Ademais, a estrutura de apoio aos setores da economia pela Apex-Brasil ocorre por meio de projetos setoriais, os quais podem ser divididos da seguinte forma: Agronegócios, Alimento e Bebidas; Casa e Construção; Economia Criativa e Serviços; Máquina e Equipamentos; Moda; e Tecnologia e Saúde. Os projetos setoriais são realizados por meio de convênios com as entidades representativas de cada setor mencionado.



Para atender ao seu objetivo social, a Lei nº 8.029/1990 estabeleceu em seu artigo 8º, a destinação de parcela da contribuição previdenciária arrecadada pela Receita Federal do Brasil à Agência para financiamento das suas operações.

1.3 Localizações

A sede da Agência está localizada no Setor de Autarquias Norte Quadra 05, Bloco C, Torre II, salas 1201 a 1701 - Centro Empresarial CNC. No Brasil, além da sede em Brasília, existem também as unidades de Belém, Porto Alegre, Recife e São Paulo. A Agência mantém, ainda, unidades no exterior, com finalidades consonantes aos seus objetivos legais e estatutários. Essas unidades estão estrategicamente localizadas nos principais mercados globais: Miami e São Francisco (EUA), Bogotá (Colômbia), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Dubai (Emirados Árabes Unidos), Pequim e Xangai (China) e mais recentemente em Jerusalém (Israel), como operações iniciadas a partir de 2020. Em 2019, a Apex-Brasil descontinuou as suas operações em Luanda (Angola) e em Havana (Cuba).

1.4 Aspectos tributários

1.4.1 Imposto de renda

A Apex-Brasil é uma entidade isenta do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/1997, art. 15). Nesse sentido, é importante salientar que ser considerada entidade sem fins lucrativos não significa que a Entidade não possa apresentar superávit em suas contas e, caso o apresente em determinado exercício, o referido resultado é destinado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, em consonância ao que prevê o art. 12, § 3º da Lei nº 9.532/1997.

Ainda, as entidades consideradas isentas do IRPJ, pela finalidade ou pelo objeto, deverão atender aos requisitos previstos no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.532/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/1998 (art. 10º e 18º, IV).

Os rendimentos e os ganhos de capitais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º), estando fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos.

1.4.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Baseado no parágrafo 1º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, a Apex-Brasil está isenta também da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

1.4.3 PIS

Nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%, com o recolhimento mensal desse tributo. Por isso, é isenta de recolhimento de PIS sobre receita financeira nos termos dos art. 2º e 9º da IN RFB 247 de 2002.



1.4.4 COFINS

Em relação à tributação da COFINS, o inciso X, do art. 14, e o inciso VI, do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/01, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei. Para as receitas não próprias, como as financeiras, a Apex-Brasil efetua a apuração e o recolhimento da COFINS à alíquota de 4%, conforme o Decreto nº 8.426/2015.

1.5 Principais ações realizadas em 2020 com impacto nas Demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020 e efeitos do COVID-19 nos negócios da Apex-Brasil

A atuação da Apex-Brasil na execução da sua missão institucional se dá por meio de ações realizadas diretamente, no Brasil e no exterior, bem como por meio de parcerias estratégicas com outras entidades, públicas e privadas. O cenário externo no ano de 2020 é desafiador para a Agência, que tem como uma das principais ações em seu portfólio a execução de eventos em mercados internacionais para a promoção de produtos brasileiros e atração de investimentos estrangeiros para a economia brasileira. Ao se considerar que uma das principais recomendações atuais para se mitigar o risco de contágio infeccioso é a de se evitar aglomerações de pessoas, principalmente em ambientes de grande circulação de multidões e/ou locais fechados, têm-se impacto direto em diversas tipologias de ações utilizadas como ferramentas por esta Agência, a exemplo, especialmente, das feiras internacionais, rodadas de negócios, missões comerciais e de atração de investimentos.

Nesse contexto, e sob efeito direto da pandemia do Covid-19, é relevante informar que cerca de 120 (cento e vinte) ações de promoção comercial e de atração de investimentos previstas para ocorrerem no ano de 2020 foram impactadas, considerando as informações disponíveis até o momento. O que foi possível mensurar até a data de divulgação destas Demonstrações justifica parte das variações em ativos, passivos, receitas e despesas, porém não é possível dimensionar os efeitos econômicos futuros decorrentes das medidas governamentais tomadas para evitar a propagação da Covid-19.

No que tange às ações diretas, duas feiras foram adiadas (SIAL China e Seafood Boston) e sete canceladas (FOODEX, Expo West, Prowein, Seafood Bruxelas, OTC, Summer Fancy e GPS). Devido à incerteza sobre a execução de eventos de promoção, a Agência decidiu, desde meados de março de 2020, não assinar novas autorizações de serviço ou contratos para eventos, analisando, caso a caso, o potencial impacto e melhores caminhos a serem traçados.

Para esses eventos, a Apex-Brasil efetuou o pagamento do espaço de algumas das feiras acima, o que representou despesas de aproximadamente R\$ 14.294 em 2019 e R\$ 318 em 2020, além de despesas de R\$ 5.194 em 2020, referentes à organização dos eventos. Face à situação *sui generis* que o mundo inteiro está enfrentando, o ambiente de feiras ainda é incerto e desafiador. De forma geral, os contratos com os organizadores das feiras possuem disposições próprias e nos demais contratos são aplicadas as regras previstas nos Termos e Condições da Apex-Brasil. É importante ressaltar que a Administração está negociando com todos os organizadores das feiras a situação de cada evento adiado ou cancelado, no sentido de gerar créditos para a realização do próximo evento ou mesmo eventual ressarcimento. Cabe destacar que todos os valores



apresentados não reúnem condições para registro contábil, pois estão em negociação e pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Somente quando a realização do ganho é praticamente certa que o seu reconhecimento contábil é adequado.

Para todos os eventos cancelados e adiados, a Apex-Brasil procedeu com a devolução dos recursos financeiros já pagos pelas empresas, conforme previsto na Resolução de Diretoria 03-09/2020. Foram devolvidos os recursos obtidos pelas empresas das feiras: FOODEX, Seafood, Expowest, VineExpo e OTC Houston. Nas feiras Prowein, Seafood Bruxelas, Summer Fancy Food e SIAL China não houve faturamento das receitas previstas.

Outrossim, é importante destacar que o projeto de maior investimento previsto para o exercício atual, a Exposição Universal de Dubai - 2020, teve o seu adiamento anunciado pelo Bureau Internacional de Exposições e pelo Governo dos Emirados Árabes Unidos, em razão da pandemia do novo Coronavírus. As entregas e pagamentos previstos no cronograma do projeto para o primeiro trimestre de 2020 foram cumpridos. Inicialmente prevista para ocorrer entre 20 de outubro de 2020 e 10 de abril de 2021, o novo período de realização da exposição vai de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022. O calendário para as demais fases do projeto, a partir do novo período da exposição, ainda não foi divulgado pelo Bureau e, dessa forma, ainda não é possível identificar o impacto no projeto.

No contexto das ações realizadas em parceria com as Entidades Setoriais, o impacto da pandemia, demonstrada nos números do primeiro trimestre, ainda é de menor significância. No entanto, será percebido maior efeito no segundo trimestre, a partir da diminuição do montante repassado às entidades a título de adiantamento de despesas em abril e maio. Os principais impactos qualitativos percebidos pelas entidades convenentes, além do cancelamento de ações por todo o mundo, são a necessidade de adequação de processos para o teletrabalho, queda no desempenho de exportações das empresas associadas e dificuldades na manutenção dos patamares de contrapartidas financeiras das entidades. Diante desse contexto, a Apex-Brasil está negociando a revisão dos planos de trabalho dos convênios e os respectivos parâmetros de resultados pactuados. Os efeitos financeiros dessas negociações serão percebidos ao longo deste exercício.

Apesar do cenário adverso, deve-se destacar o esforço da Agência no posicionamento de novos serviços de apoio às empresas e investidores. Foram instituídas 23 frentes de trabalho para garantir a proximidade com os clientes da Agência, explorando o potencial da tecnologia disponível. Nesse sentido, foi lançado o sítio eletrônico sobre os efeitos da Covid-19 no comércio e nos investimentos da economia brasileira, além da geração de conteúdo relevante para a realização de diversos webinars, podcasts e videoconferências para apoiar os setores da economia atendidos.

Ainda como consequência direta da emergência sanitária e econômica mundial, a principal fonte de receita da Apex-Brasil, que é proveniente de um adicional de contribuição paga mensalmente pelos empregadores sobre a folha de salário, será impactada fortemente no exercício de 2020, frente ao cenário e às medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal, principalmente a



Medida Provisória nº 936/2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Não é possível mensurar o quanto este cenário poderá impactar o risco de não continuidade das operações em um futuro previsível, considerando que a avaliação dos impactos ainda está sendo percebida pelos negócios da Apex-Brasil. Porém, se os impactos forem relevantes, serão divulgados tais eventos e as estimativas de seu impacto financeiro ou uma descrição qualitativa de suas situações operacionais subsequentes, a fim de fornecer informações financeiras úteis aos principais usuários.

2 Apresentação das Demonstrações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas em observância aos critérios de apresentação contidos no pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”, e de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (“NBC TSP”), conforme indicado na Notas Explicativas 2.2 e 2.3 a seguir, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Primeira adoção das NBCs TSP

A Apex-Brasil implementou as normas contábeis do setor público (NBC TSP EC) a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2020, em observância às determinações decorrentes do Acórdão TCU 991/2019.

Tal documento tratou dos aspectos contábeis das Entidades do “Sistema S”, determinando que as Demonstrações contábeis destas entidades devem ser elaboradas, no que couber, de acordo com a NBC TSP EC (ou outra norma do Conselho Federal de Contabilidade que vier a sucedê-la), assinadas pelos contadores responsáveis e com a indicação dos nomes dos dirigentes.

Para esta transição, a Administração analisou os critérios contábeis aplicáveis ao serviço público com os critérios adotados pela Entidade para elaboração das Demonstrações contábeis até o ano de 2019 e não foram identificados ajustes à posição patrimonial e financeira em 1º de janeiro de 2020 para esta adoção inicial.

Adicionalmente, considerando as normas contábeis aplicáveis ao Serviço Público já aprovadas, a Administração concluiu que não houve necessidade de mudanças na mensuração e/ou no reconhecimento contábil das transações da Apex-Brasil na adoção das NBCs TSP em comparação com o padrão contábil adotado pela Apex-Brasil até 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, existem alterações apenas nas divulgações e nomenclaturas de contas, que já foram aplicadas pela Apex-Brasil na presente Demonstração contábil intermediária. Com isso, não há qualquer reapresentação de cifras comparativas de períodos anteriores.

Por fim, a Nota Explicativa nº 2.3 apresenta os julgamentos relevantes aplicados pela Administração da Apex-Brasil na adoção inicial das NBCs TSP.



2.3 Julgamentos relevantes na adoção inicial das NBCs TSP

O Conselho Federal de Contabilidade ainda não publicou todas as NBCs TSP equivalentes às normas internacionais de contabilidade aplicáveis ao setor público (*International Public Sector Accounting Standard – “IPSAS”*) emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standard Board - “IPSASB”*) e, com isso, a Apex-Brasil seguiu a orientação da NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que prevê, na ausência de norma contábil específica, que a Administração exerça o seu julgamento para aplicar as políticas contábeis que resultem em informação:

- i) relevante para a tomada de decisão dos usuários; e
- ii) confiável, de tal modo que as demonstrações contábeis:
 - a) representem fidedignamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;
 - b) reflitam a essência econômica das transações, outros eventos e condições e, não apenas a forma legal;
 - c) sejam neutras, isto é, que estejam livres de viés;
 - d) sejam prudentes; e
 - e) sejam completas em todos os aspectos materiais.

Nesse sentido, na ausência de uma NBC TSP aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC a respeito de determinado assunto, a Administração da Apex-Brasil adotou as práticas contábeis equivalentes ao setor privado, por considerar que tais normas seriam as mais adequadas no momento e de amplo conhecimento dos usuários das Demonstrações contábeis.

Os principais assuntos aplicáveis à Apex-Brasil e ainda não regulamentados pelo CFC pelas NBC TSP ECs são:

- i) Elaboração de Demonstrações financeiras intermediárias: a Apex-Brasil adotou as diretrizes do CPC 21 – Informações intermediárias;
- ii) Instrumentos financeiros: a Apex-Brasil adotou as diretrizes dos CPCs 39, 40 e 48 que tratam sobre Instrumentos financeiros;
- iii) Arrendamento mercantil: a Apex-Brasil adotou as diretrizes do CPC 6 (R3) – Arrendamentos. O CFC recentemente abriu consulta pública da NBC TSP 27 – Arrendamentos que dá tratamento distinto ao adotado pelo CPC 6 (R3), todavia, também é parte desta consulta pública a não adoção desta norma no modelo apresentado, visando aguardar a aderência das normas internacionais de serviço público aplicável à Arrendamentos à norma já em vigor para entes privados (IFRS 16), processo esse já em andamento pelo IPSAS Board. A Administração da Apex-Brasil acompanha o andamento desta consulta pública a fim de verificar se haverá ou não a necessidade futura de alteração da prática contábil atualmente adotada.



2.4 Base de mensuração

As Demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor; determinados ativos e passivos financeiros são mensurados ao valor justo.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas técnicas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais contas sujeitas a estimativas estão representadas:

- i) Por instrumentos financeiros, incluídos em fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil, mensurados a valor justo por meio do resultado - Nota Explicativa nº 5;
- ii) Pela não constituição de provisão para devedores duvidosos sobre Créditos a receber - Nota Explicativa nº 6;
- iii) Pela depreciação/amortização acumuladas do ativo imobilizado e intangível - Nota Explicativa nº 11;
- iv) Pela determinação da taxa de juros incremental e pelos fluxos de caixa utilizados na adoção do CPC 06 (R3) – Arrendamento mercantil, pronunciamento sem norma aprovada pelas NBC TSP EC – Nota Explicativa nº 10 e 15;
- v) Pelas provisões para riscos tributárias e trabalhistas - Nota Explicativa nº 17.

2.7 Base para elaboração e apresentação da Demonstração das informações orçamentárias

A apresentação das informações orçamentárias nas demonstrações contábeis considerou o disposto na NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e também as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) contidas no Acórdão 991/2019 sobre melhorias na transparência e as práticas já adotadas pela Apex-Brasil para elaboração do Relatório de Gestão, incluído nas prestações de contas anuais.

O Decreto nº 4.584, de 8 de abril de 2019, que institui o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil, define que:



- O Conselho Deliberativo da Apex-Brasil é o responsável por deliberar sobre a aprovação da proposta do orçamento-programa e o plano de aplicações apresentados pela Diretoria Executiva;
- A Diretoria Executiva submeterá anualmente para análise e deliberação do Ministério das Relações Exteriores o orçamento-programa da Apex-Brasil para execução das atividades previstas no contrato de gestão.

Por analogia ao Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, que define para o Sebrae prazos relativos aos orçamentos, a Apex-Brasil adota os seguintes prazos para aprovação, reformulação e prestação de contas:

- Até o dia 30 de novembro de cada exercício financeiro para submeter à aprovação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, a proposta orçamentária anual que englobe as previsões de receitas e de alocação de seus recursos;
- Até 31 de outubro do exercício seguinte para as reformulações orçamentárias; e
- Até 31 de março do ano seguinte, para remeter ao Tribunal de Contas da União, as contas da gestão anual, aprovadas pelo Presidente do CDA, acompanhadas de relatório sucinto, indicando os benefícios realizados (Relatório de Gestão).

Embora a Apex-Brasil seja destinatária de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990), cujas transferências não transitam no Orçamento da União, as Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO anuais que disciplinam os orçamentos da esfera federal incluem as entidades do serviços social autônomo no seu capítulo destinado à transparência. A Lei define que deverá ser divulgado, trimestralmente, no sítio eletrônico, dentre outros temas: os valores arrecadados com as referidas contribuições, especificando o montante transferido pela União e o arrecadado diretamente pela Agência; as demonstrações contábeis; e a especificação das receitas e despesas constantes dos orçamentos.

A contabilidade e o orçamento adotam regime de competência, as exceções residem nos fatos econômicos da DRE (por exemplo, amortização e depreciação) e financeiras do Orçamento (receitas e despesas de capital). Além dessas exceções, também constituem exceção ao regime de competência no orçamento da Apex-Brasil, os seguintes itens:

- Despesas de convênios: são tratadas como executadas quando ocorre o desembolso financeiro para o parceiro. Na contabilidade, o desembolso é tratado como adiantamento e, quando são comprovadas a execução das despesas pelo parceiro, essas são levadas para o resultado.
- Despesas de viagens: os valores repassados diretamente aos empregados ou convidados a título de diárias ou hospedagem são executadas no orçamento quando do desembolso financeiro. Analogamente aos convênios, para os registros contábeis, esse repasse é considerado adiantamento e a despesa impacta o resultado quando da prestação de contas das viagens.



- Despesas de aluguel: conforme descrito na Nota Explicativa 2.3, a Apex-Brasil adotou CPC 06 (R3) para as suas operações com arrendamentos, sendo que este normativo estabelece o modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações contábeis de arrendatários através de Direito de Uso, com impacto nos aluguéis das sedes de Brasília, Miami e Bruxelas que são considerados arrendamentos mercantis. Para o orçamento, a despesa de aluguel continua sendo reconhecida quando do desembolso financeiro, e as despesas econômicas não são consideradas despesas orçamentárias.
- Variação cambial positiva e negativa: não são incluídas na previsão orçamentária.
- Provisões contingenciais: são consideradas por regime de caixa.
- Aquisição de softwares e equipamentos de informática: são consideradas por regime de caixa.

Uma conciliação das informações contábeis apresentadas na Demonstração do resultado com as informações apresentadas na Demonstração das informações orçamentárias é apresentada na Nota Explicativa nº 33.

2.8 Aprovação das Demonstrações contábeis intermediárias

A emissão dessas Demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Apex-Brasil em 15 de maio de 2020.

2.9 Informações contábeis das unidades da Apex-Brasil no exterior

As Unidades no exterior da Apex-Brasil foram constituídas como filiais da Entidade, sendo que cada uma é organizada conforme a legislação de cada país, e possui uma contabilidade própria para fins de cumprimento da legislação específica de cada País onde se localiza, e também para permitir o acompanhamento gerencial pela Administração da Entidade.

Por se tratar de filiais, os saldos contábeis das unidades no exterior da Apex-Brasil e da sua sede em Brasília são apresentados de maneira conjunta por meio de uma única demonstração.

2.10 Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Apex-Brasil, de acordo com as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e os passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para Reais à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças cambiais de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

As moedas correntes das unidades da Apex-Brasil no exterior são: Renmimbi Chinês (CNY) na China, Dirham (AED) nos Emirados Árabes Unidos, Dólar (USD) nos Estados Unidos da América, Peso Colombiano (COP) na Colômbia, Euro (EUR) na Bélgica e Rublo (RUB) na Rússia.



3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações contábeis intermediárias estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis, a menos quando divulgado de forma diversa.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, de depósitos bancários em contas correntes no Brasil e no exterior e os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados no cumprimento das obrigações de curto prazo.

3.2 Aplicações financeiras

São investimentos realizados pela Apex-Brasil em Fundos de Investimentos que são valorizados com base no valor da cota informada pela CVM do último dia do mês, multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Entidade.

3.3 Créditos a receber

Está demonstrado pelos valores a receber de Receitas sem contraprestação e com contraprestação, estas deduzidas de estimativa de perdas que poderão ocorrer por não recebimento, constituída para todos os créditos vencidos na data-base de cada Balanço Patrimonial, montante este considerado como suficiente pela Administração para cobrir as Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

3.4 Direitos de uso de arrendamento e Arrendamentos a pagar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, na ausência de uma norma contábil específica para serviço público referente a Arrendamentos, a Apex-Brasil adotou o CPC 06 (R3), equivalente ao IFRS 16, aplicável às entidades privadas.

A Apex-Brasil reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Ao mensurar os passivos de arrendamento na adoção inicial da norma, em 1º de janeiro de 2019, a Apex-Brasil descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo, sendo:



- 11,4% a.a. para o arrendamento relacionado à sede da Apex-Brasil;
- 3,48% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Miami; e
- 2,0% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Bruxelas.

3.5 Imobilizado e intangível

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear a débito do resultado do exercício baseado na vida útil econômica dos bens. Os períodos de vida útil econômica indicado são calculados pelo tempo estimado em que a empresa se beneficiará dos recursos imobilizados. O mesmo tratamento pode ser observado nos bens registrados nos escritórios da Apex-Brasil no Exterior.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Software	5 anos

iii) Intangível - Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

3.6 Outros ativos circulantes e não circulantes

Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.



3.7 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, que seja provável, que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações contábeis. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 17).

3.8 Outros passivos circulantes e não circulantes

As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.9 Receita sem contraprestação com contribuição social líquida

São relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência.

3.10 Receita com contraprestação de serviço e outras receitas

As receitas com contraprestação de serviço e outras receitas são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas com contraprestação de serviços são oriundas de serviços customizados a partir dos produtos da Apex-Brasil para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em Feiras Internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas de serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.



4 Caixa e equivalentes de caixa

A posição de caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

Descrição		31/03/2020	31/12/2019
Fundo fixo de caixa		30	23
Depósitos bancários - Nacional		822	281
Depósitos bancários - Exterior - EAs	(i)	2.898	2.878
Depósitos bancários - Exterior - Matriz	(ii)	28.940	-
Total		32.690	3.182

- (i) Referem-se a disponibilidades bancárias das unidades da Apex-Brasil no exterior mantidas para suportar as despesas mensais de manutenção e de promoção das exportações em cada uma das localidades.
- (ii) A partir do início de 2020, objetivando reduzir a exposição cambial de compromissos firmados, incluindo despesas do Projeto Expo Dubai e custos dos escritórios da Apex-Brasil no Exterior, a Apex-Brasil abriu uma conta no Banco do Brasil na agência em Nova York – Estados Unidos da América. No 1º Trimestre de 2020 foram remetidos USD 5.500 mil para essa conta, visando ao cumprimento de obrigações contratadas.

5 Aplicações financeiras

A Apex-Brasil concentra parte substancial de sua disponibilidade financeira em dois Fundos de Investimento exclusivos, sendo um gerido pela Caixa Econômica Federal, denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa”, e outro, administrado pelo Banco do Brasil DTVM, denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo”.

O detalhamento das Aplicações financeiras é como segue:

Descrição		31/03/2020	31/12/2019
Fundo de Investimento Exclusivo - Caixa Econômica	(i)	106.238	100.762
Fundo de Investimento Exclusivo - Banco do Brasil	(ii)	323.420	291.138
Fundos de Investimento - Capital de Giro	(iii)	2.404	2.688
(-) Provisão de Imposto e de Renda		-	-
Total		432.062	394.588

Segregado em:

Circulante	346.216	317.302
Não Circulante	85.846	77.286
	432.062	394.588

- (i) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” é um fundo de investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa 5.1 a).
- (ii) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo” é um fundo de investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa 5.1 b).



- (iii) Fundos de Investimentos não exclusivos destinados à manutenção do capital de giro, com saldo definido de acordo com a análise do fluxo de caixa histórico e mensal das despesas correntes de manutenção administrativa e projeção do fluxo de caixa das despesas com promoção de exportação relacionadas aos convênios estabelecidos pela Apex-Brasil. Os saldos estão aplicados em Fundos de Investimentos administrados pelo Banco do Brasil.

5.1 Fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil

Os ativos financeiros pertencentes a cada fundo de investimento podem ser classificados como “Valor justo por meio do resultado” ou “Custo amortizado”. Sendo “Custo amortizado”, os ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço. Para os ativos classificados por “Valor justo por meio do resultado”, além da prática mencionada anteriormente, ainda são ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital - ANBIMA.

Abaixo, é apresentada a composição da carteira de cada fundo de investimento exclusivo em 31 de março de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, considerando a classificação dos ativos e também o seu prazo de vencimento.

a) Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa

	31/03/2020					
	Quantidade	Valor	Vencimento em 2020	Vencimento entre 2021 a 2023	Saldo em 31/03/2020	Saldo em 31/12/2019
Caixa e equivalentes	-	10	10	-	10	11
Operações compromissadas - Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	64.927	64.318	64.318	-	64.318	63.459
	64.927	64.328	64.328	-	64.328	63.470
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio do resultado						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.500	36.990	-	36.990	36.990	32.443
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-	-
	3.500	36.990	-	36.990	36.990	32.443
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Custo amortizado						
Letras Financeiras de Bancos	18	4.900	4.900	-	4.900	4.849
	18	4.900	4.900	-	4.900	4.849
Valores a receber	-	26	26	-	26	10
Total do ativo		106.244	69.254	36.990	106.244	100.772
Valores a pagar		(6)	(6)		(6)	(10)
Valor do Fundo de Investimento		106.238	69.248	36.990	106.238	100.762
Segregado em:						
Circulante					51.978	47.076
Não circulante					54.260	53.686
					106.238	100.762

A partir de 2017, a Administração da Apex-Brasil optou, conservadoramente, por destinar parte da sua disponibilidade de recursos para constituir uma reserva financeira, visando fazer frente a um



eventual desembolso de caixa para quitação da obrigação referente ao processo judicial em que se discute o percentual da taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil, apresentada na Nota Explicativa nº 17.

Em função disso, o saldo desta aplicação financeira tem o objetivo de evidenciar a intenção da Administração de separar tais recursos de suas operações, caso eventual desembolso seja necessário.

A rentabilidade do “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” no exercício findo em 31 de março de 2020 foi de 1,45%, representando 143,09% do CDI do mesmo período.

b) BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento em 2020</u>	<u>Vencimento entre 2021 a 2026</u>	<u>Saldo em 31/03/2020</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	1
Operações compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	144.664	163.852	163.852	-	163.852	145.965
	144.664	163.852	163.852	-	163.852	145.966
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio do resultado						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.495	68.608	-	68.608	68.608	67.950
Letras Financeiras (LF)	10	2.266	-	2.266	2.266	2.243
	6.505	70.874	-	70.874	70.874	70.193
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Custo amortizado						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.000	10.262	-	10.262	10.262	10.513
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	45.000	40.915	19.591	21.324	40.915	32.277
	55.000	51.177	19.591	31.586	51.177	42.790
Cotas de Fundos						
Cotas de Fundos R.F. CF 4593	8.106	37.532	37.532	-	37.532	32.199
	8.106	37.532	37.532	-	37.532	32.199
Valores a receber	-	-	-	-	-	1
Total do ativo		323.435	220.975	102.460	323.435	291.149
Valores a pagar		(15)	(15)		(15)	(11)
Valor do Fundo de Investimento		323.420	220.960		323.420	291.138
Segregado em:						
Circulante					291.834	267.538
Não circulante					31.586	23.600
					323.420	291.138

A Apex-Brasil criou o “Fundo Exclusivo BB ABRC” com o objetivo de alocar investimentos para serem classificados substancialmente na categoria de “Custo Amortizado”. Com isso, a Apex-Brasil reduz possíveis oscilações do valor justo dos investimentos, caso eles estivessem classificados como “Valor justo por meio do resultado”.

Diferentemente do fundo administrado pela Caixa Econômica Federal, em que a Administração da Apex-Brasil realizou a segregação do seu saldo entre Circulante e Não circulante, baseado na sua intenção de constituir reserva financeira para provisão no passivo, a segregação do “Fundo



Exclusivo BB ABRC” se deu baseada no montante de títulos classificados na categoria de “Custo amortizado” e que possuem vencimento superior a 12 (doze) meses a partir da atual data-base.

A rentabilidade deste fundo no 1º trimestre de 2020 foi de 1,12%, representando 110,26% do CDI do mesmo período.

6 Créditos a receber

O detalhamento do saldo é assim apresentado:

Descrição		31/03/2020	31/12/2019
Arrecadação do repasse da SRFB - Lei nº 8.029/1990	(i)	39.338	71.612
Contas a receber de exposições e outros	(ii)	1.012	976
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(235)	(238)
Total		40.115	72.350

- (i) O repasse da Contribuição Social Ordinária, detalhado na Nota Explicativa nº 19, foi integralmente recebido no mês subsequente. O valor a receber em 31 de dezembro 2019 é superior ao valor a receber em 31 de março de 2020 em função do saldo naquele mês ser afetado pela maior arrecadação da Contribuição Previdenciária no mês de dezembro, em decorrência do 13º salário.
- (ii) O saldo de contas a receber é caracterizado, preponderantemente, por ressarcimento de valores de passagens e hospedagens canceladas no Brasil e no Exterior e por créditos provenientes de venda de espaços em feiras e eventos no exterior.

7 Adiantamentos concedidos

Descrição		31/03/2020	31/12/2019
Adiantamentos para convênios e projetos	(i)	18.097	16.474
Adiantamento para empregados	(ii)	2.621	1.289
Demais adiantamentos		193	433
Total		20.911	18.196

- (i) Adiantamentos para convênios e projetos: São recursos financeiros repassados aos convênios pela Apex-Brasil e ainda não utilizados pelo conveniente até cada uma das datas-bases acima. Os adiantamentos concedidos para os convenientes e projetos são realizados baseados na projeção de realização das despesas mensais apuradas, de acordo com a execução financeira de cada projeto e/ou convênio. Os saldos repassados às entidades são mantidos como ativo da Apex-Brasil até sua execução ou devolução dos recursos. A baixa do saldo da conta contábil de adiantamento ocorre à medida que os valores são utilizados no objeto conveniado. O aumento observado decorre de menor capacidade de execução, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.5, e em linha com a redução das despesas no período, conforme Nota Explicativa nº 21.

As efetivações das utilizações desse recurso ocorrem pelo regime de competência, pois as despesas com convênios devem ser reconhecidas à medida que os projetos são executados pelas convenientes, ou seja, durante o tempo incorrido na execução dos projetos; e não quando do desembolso financeiro feito pela Apex-



Brasil, pois nesse momento se configuram como adiantamentos. As movimentações desses adiantamentos estão apresentadas na tabela abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento para convênios e projetos		
Saldo inicial	16.474	30.365
(+) Repasses efetuados	36.061	154.779
(-) Devoluções de convênios	(747)	(625)
(-) Execução pelas convenientes	(33.691)	(168.045)
Saldo final	18.097	16.474

- (ii) Adiantamentos para empregados: São adiantamentos feitos aos empregados da Apex-Brasil, na forma de Adiantamento de 13º salário, férias e para viagens. Conforme acordo coletivo de trabalho, a Apex-Brasil realiza a antecipação da 1º parcela do 13º salário no mês de fevereiro, controlando seu saldo até a efetiva compensação em dezembro.

8 Outros ativos circulantes

<u>Descrição</u>		<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas antecipadas	(i)	1.719	858
Valor a Receber Acordo ABIA	(ii)	613	825
Outros créditos a receber	(iii)	204	-
Valores a receber de empregados		177	177
Total		2.713	1.860

- (i) Diferimento de despesas com licenças de software, periódicos e aluguéis, para apropriação ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.
- (ii) Reconhecimento do saldo a receber do acordo judicial realizado entre Apex-Brasil e ABIA – Associação Brasileira de Indústria de Alimentos.
- (iii) Valor de impostos a recuperar dos EAs.

9 Depósitos judiciais e garantias

<u>Descrição</u>		<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Deposito de INSS sobre 1/3 de férias	(i)	2.613	2.504
Depósitos e cauções em geral	(ii)	632	632
Depósitos de processos trabalhistas	(iii)	554	575
Total		3.799	3.711

- (i) Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal), que está sendo depositada em juízo em razão de ação com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal. A Apex-Brasil impetrou mandado de segurança com pedido de depósito judicial, sendo que, enquanto no mandado de segurança é discutida a legalidade em si da cobrança, a Apex-Brasil realiza, mensalmente, depósito judicial para (i) garantir a não incidência de juros e multa de mora fiscais e (ii) manter a regularidade fiscal da Apex-Brasil. Em relação ao tema, salienta-se que, no âmbito do STF, a questão encontra-se com o julgamento



suspensão em razão de pedido de vista, tendo 6 votos favoráveis à tese da Apex-Brasil e 3 votos contrários, motivo pelo qual a Entidade entende que, apesar da constituição do depósito judicial, a provisão não seria requerida, pois classificou o risco de perda como “Remota”;

- (ii) Valor relativo à caução de aluguel das unidades Miami, Bogotá, Bruxelas, Dubai e Pequim; e
- (iii) Depósitos judiciais para interposição de recursos judiciais decorrentes de processos judiciais de natureza trabalhista.

10 Direitos em Uso de Arrendamento

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
Direitos em Uso de Arrendamento	25.050	23.818
(-) Amortização	(8.123)	(5.988)
Total	16.927	17.830

A movimentação do direito de uso por contrato de arrendamento, durante o período findo em 31 de março de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi a seguinte:

	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	Total
Saldo em 31/12/2019	15.201	1.434	1.195	17.830
(-) Depreciação	(1.061)	(451)	(61)	(1.573)
(+/-) Variação cambial líquida		363	307	670
Saldo em 31/03/2020	14.140	1.346	1.441	16.927

11 Imobilizado e Intangível

A movimentação do custo do imobilizado e do intangível no exercício de 2019 e 2020 pode ser assim demonstrada:

a) Imobilizado

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	Adições	Baixas (i)	31/03/2020
Custo							
Benefetorias	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	9.611	418	(388)	9.641	12	(25)	9.628
Móveis e utensílios	4.014	50	(277)	3.787	54	(63)	3.778
Instalações	26	-	-	26	-	(10)	16
Máquinas e equipamentos	435	2	(53)	384	-	(30)	354
Veículos	98	-	(98)	-	-	-	-
Obras de arte	52	-	-	52	-	-	52
	14.236	470	(816)	13.890	66	(128)	13.828
Depreciação							
Benefetorias	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(5.876)	(862)	539	(6.199)	(205)	22	(6.382)
Móveis e utensílios	(2.915)	(305)	65	(3.155)	(74)	44	(3.185)
Instalações	(25)	(1)	-	(26)	-	10	(16)
Máquinas e equipamentos	(288)	(21)	27	(282)	(4)	26	(260)
Veículos	(98)	-	98	-	-	-	-
	(9.202)	(1.189)	729	(9.662)	(283)	102	(9.843)
Total do imobilizado	5.034		(87)	4.228		(26)	3.985



- (i) As baixas apresentadas decorrem do resultado do inventário patrimonial realizado ao final de 2019 e efetivado no sistema em 2020.

b) Intangível

	31/12/2018	Adições	31/12/2019	Adições	Baixas (ii)	31/03/2020
Custo						
Softwares	6.385	1.755	8.140	229	(3.683)	4.686
Direito de uso	28	-	28	-	(2)	26
	6.413	1.755	8.168	229	(3.685)	4.712
Amortização						
Softwares	(5.965)	(353)	(6.318)	(107)	3.680	(2.745)
Marcas e patentes	(11)	-	(11)	-	1	(10)
	(5.976)	(353)	(6.329)	(107)	3.681	(2.755)
Total do intangível	437		1.839		(4)	1.957

- (ii) A redução do intangível em 2020 decorre do resultado do inventário patrimonial realizado ao final de 2019 e efetivado no sistema no exercício corrente, com realização de baixas de itens sem utilização ou totalmente amortizados.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
Provisões de férias e encargos	8.446	8.231
Provisão de descanso anual e gratificação anual	183	110
Remuneração e benefícios a pagar	1.108	1.090
Encargos sociais	2.652	3.513
Total	13.707	12.944

13 Contas a pagar e fornecedores

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais (i)	2.664	5.388
Fornecedores estrangeiros	127	84
Depósitos e cauções de licitações	483	457
Demais contas a pagar	1.072	109
Total	5.269	6.252

- (i) A redução decorre de pagamento a parcelas contratuais de fornecedores nacionais de serviços arquitetônicos para a execução da construção do pavilhão do Brasil na Expo2020 em Dubai.

14 Obrigações tributárias e previdenciárias

São os saldos de obrigações referentes às retenções na fonte de terceiros (PIS, COFINS, CSLL, IRRF, INSS e ISS), obrigações referentes a tributos sobre faturamento de serviços (ISS e



COFINS), tributos sobre pagamento de serviços provenientes do exterior (CIDE remessas, PIS importação, COFINS importação, ISS importação e tarifas, quando incidem), cujos recolhimentos ocorrerão no mês subsequente. As obrigações tributárias e previdenciárias a pagar em cada data-base são como segue:

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
Tributos Retidos na Fonte de Terceiros:		
IRRF de terceiros a recolher	16	52
ISS de terceiros a recolher	42	80
PIS/COFINS/CSLL a recolher	78	66
INSS serviços de terceiros	32	39
Demais obrigações tributárias:		
CIDE (i)	677	358
Obrigações tributárias das unidades no exterior	93	8
Cofins Receita Financeira	67	63
Tributos Sobre faturamento	1	60
Total	1.006	726

- (i) O aumento das obrigações com CIDE deve-se a remessas ao exterior para pagamentos dos organizadores dos eventos Gulfood 2020 e OTC 2020. A feira OTC 2020 foi cancelada conforme apresentado na Nota Explicativa 1.5 e esse contrato está sendo negociado.

15 Arrendamentos a pagar

A movimentação do passivo a pagar com Arrendamentos no ano de 2019 e no trimestre findo em 31 de março de 2020, segregado por contrato, pode ser apresentada como segue:

	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Moeda	BRL	USD	EUR	
Taxa de juros (a.a.)	11,4%	3,5%	2,0%	
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-
(+) Adoção inicial	19.443	2.869	-	22.312
(+) Reconhecimento	-	579	1.329	1.908
(+) Juros	2.682	92	21	2.795
(-) Pagamentos	(5.744)	(1.882)	(189)	(7.815)
(+/-) Variação cambial líquida	-	(32)	23	(9)
Saldo em 31/12/2019	16.381	1.626	1.184	19.191
(+) Juros	595	16	2	613
(-) Pagamentos	(1.479)	(564)	(66)	(2.109)
(+/-) Variação cambial líquida	-	603	305	908
Saldo em 31/03/2020	15.497	1.681	1.425	18.603

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento direito de uso estão detalhados a seguir:



Ano	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
2020	4.438	1.703	219	6.360
2021	5.918	-	292	6.210
2022	5.918	-	292	6.210
2023	3.452	-	292	3.744
2024	-	-	292	292
2025	-	-	127	127
Total de pagamentos	19.726	1.703	1.514	22.943
(-) Total de juros	(4.229)	(22)	(89)	(4.340)
Saldo em 31/03/2020	15.497	1.681	1.425	18.603

16 Obrigações a pagar de longo prazo

Descrição		31/03/2020	31/12/2019
Outros valores a pagar	(i)	655	619
Total		655	619

(i) Corresponde às provisões para rescisão dos contratos de trabalho por tempo indeterminado dos colaboradores da unidade de Dubai.

17 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

A composição relativa a perdas classificadas como prováveis em 31 de março de 2020 e de 2019 é apresentada a seguir:

Descrição		31/03/2020	31/12/2019
Provisão taxa de administração RFB	(i)	116.890	113.573
Provisão para contingências trabalhistas de risco provável	(ii)	6.154	6.321
Provisão para contingências tributárias de risco provável		152	151
Total		123.196	120.045

(i) Trata-se de taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF. O ponto central discutido no mandado de segurança impetrado pela Apex-Brasil decorre do fato de a Receita Federal do Brasil – RFB ter definido como devida a taxa de 3,5% sobre os valores repassados por ela à Apex-Brasil a partir de maio de 2007. A Apex-Brasil obteve decisão liminar favorável em 1o. grau em Mandado de segurança (Processo nº 0035094-38.2014.4.01.3400 – 9ª Vara Federal) por ela impetrado em face da RFB que determinou que a taxa devida a ser paga pela Apex-Brasil seria de 1,5% sobre os valores repassados a partir de maio de 2007. Adicionalmente, em 4 de dezembro de 2017, a Apex-Brasil obteve sentença favorável determinando a prescrição dos valores cobrados pela Receita Federal relativos ao período anterior até março de 2009. Resumindo, até o momento a sentença de 1o. grau favorável à Apex-Brasil e a decisão liminar definiram que a taxa de administração é de 1,5%, devida a partir de abril de 2009, o que vem sendo retido pela RFB. Tendo em vista decisão contrária em relação ao percentual devido em outro processo judicial congênere (ABDI), decidiu a Apex-Brasil, conservadoramente, provisionar a diferença de 2% como um passivo a longo prazo que, em 31 de março de 2020, totaliza R\$ 116.890 (R\$ 113.573 em 31 de dezembro de 2019). Os advogados da Apex-Brasil entendem que a possibilidade de perda é provável, por esta razão, foi constituída uma provisão



para perdas, em conformidade com as normas contábeis previstas na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Conservadoramente, e conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, a Apex-Brasil passou a constituir uma reserva orçamentária, que totaliza R\$ 106.238 em 31 de março de 2020 que corresponde ao saldo do Fundo de Investimento Exclusivo Caixa, para fazer face a eventual decisão desfavorável em instâncias superiores, caso venham a ocorrer.

- (ii) Processos de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda provável, envolvendo, em grande parte, pedidos cujas decisões dominantes em processos congêneres têm sido desfavoráveis às teses de defesa da Apex-Brasil; quanto aos pedidos de reintegração, o entendimento atual do Tribunal Superior do Trabalho tem sido favorável à tese defendida pela Apex-Brasil. Em todos os casos trabalhistas, a Gerência Jurídica tem feito a análise de risco envolvendo a reclamação trabalhista.

17.1 Contingências passivas classificadas como possíveis

A Apex-Brasil é parte em processos judiciais classificados por sua assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não tem provisão reconhecida nas demonstrações contábeis, em conformidade com as normas contábeis contidas na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos.

Nos processos de natureza trabalhista, a Apex-Brasil responde a 12 reclamatórias que são classificadas com Contingência Provável, nas quais se postulam supostos direitos a horas extras, equiparação salarial, reintegração etc., e cujo risco estimado é de R\$ 6.154 em 31 de março de 2020 (R\$ 6.321 em 31 de dezembro de 2019), que se encontra devidamente provisionado nas demonstrações contábeis. Igualmente, a Apex-Brasil é demandada em 9 reclamatórias que são classificadas com Contingência Possível, totalizando o valor de R\$ 9.709.

Nos processos de natureza tributária em que a Apex-Brasil é relacionada na parte passiva em relação à União e outras entidades do “Sistema S”, em sede de mandados de segurança e ações ordinárias, ressalta-se que tais ações não geram o monitoramento de “perda contábil”, na medida em que a Apex-Brasil não tem base para estimar o valor de perda, tendo em vista que os valores serão adimplidos mediante compensação ou repetição de indébito pela União, via de regra, na remota hipótese de sucesso por parte do contribuinte.

Por fim, existem processos de natureza cível com valor imaterial ou irrelevante.

18 Patrimônio social

O patrimônio social em 31 de março de 2020 é de R\$ 392.723, composto pelo superávit acumulado de R\$ 358.007 até 31 de dezembro de 2019, e pelo superávit do período de R\$ 34.716 apurado até 31 de março de 2020, que será incorporado ao patrimônio social posteriormente ao encerramento do exercício.



19 Receitas com contribuição social líquida sem contraprestação

As receitas são demonstradas conforme a NBC TSP – 01 – Receita de Transação sem Contraprestação e NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação.

As receitas com contribuição social líquida sem contraprestação são relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência. Esta receita pode ser assim demonstrada:

Descrição		31/03/2020	31/03/2019
Contribuição sem contraprestação destinada à ApexBrasil pela Lei nº 8.029/1990	(i)	122.945	119.942
Taxa administrativa - SRFB	(ii)	(1.844)	(1.799)
Total		121.101	118.143

(i) A contribuição sem contraprestação destinada à Apex-Brasil pela Lei nº 8.029/1990 constitui basicamente a receita da Apex-Brasil. De natureza tributária, definida por lei como adicional às alíquotas de contribuição social, é arrecadada e repassada mensalmente pela SRFB. Apesar de não haver variação significativa dos repasses no primeiro trimestre de 2020, a Nota Explicativa 1.5 apresenta que não é possível mensurar o quanto as medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal poderão impactar a CSO.

(ii) A taxa de Administração sobre a arrecadação, descontada pela RFB para arrecadar e repassar os recursos destinados à Apex-Brasil.

A seguir estão sendo apresentados os valores mensais de Contribuição Social Ordinária (CSO), apurados nos períodos de 2020 e de 2019:

Descrição		31/03/2020	31/03/2019
Janeiro		42.133	41.433
Fevereiro		40.876	39.488
Março		39.936	39.021
Taxa administrativa - SRFB		(1.844)	(1.799)
Total		121.101	118.143

20 Receitas de serviços com contraprestação e outras receitas

As receitas de promoção de exportação são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas de prestação de serviços nacionais são consideradas receitas com contraprestação porque a Apex-Brasil vende serviços customizados a partir dos produtos da Apex-Brasil para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de



instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em Feiras Internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas também com contraprestação porque são vendidos serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.

A composição destas receitas é assim apresentada:

Descrição		31/03/2020	31/03/2019
Receitas de prestação de serviços	(i)	-	2.023
Receitas de prestação de serviços nos EAs		308	225
Receitas correntes diversas		159	142
Restituições por cancelamento de eventos	(ii)	983	-
Total		1.450	2.390

(i) Conforme apresentado na Nota Explicativa 1.5, a Apex-Brasil procedeu com a devolução dos recursos financeiros já pagos pelas empresas para todos os eventos cancelados e adiados, justificando o cancelamento das receitas de serviços do período.

(ii) O valor refere-se à recuperação de VAT (Value Added Tax) sobre valores pagos no exercício anterior para a locação do espaço da Feira SIAL em Paris.

21 Despesas com convênios e projetos

Descrição		31/03/2020	31/03/2019
Despesas com convênios			
Despesas com Convênios e Projetos	(i)	33.691	42.990
		33.691	42.990
Despesas com projetos finalísticos	(ii)	10.889	18.027
Despesas de inteligência de mercado	(iii)	1.068	42
Total Projetos finalísticos		11.957	18.069
Total		45.648	61.059

(i) As despesas com convênios e projetos referem-se ao desenvolvimento e à manutenção de projetos em parceria com entidades setoriais, contemplando os principais setores produtivos do Brasil, como moda, agronegócios, alimentos e bebidas, economia criativa e serviços, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos e casa e construção. A redução no período deve-se Convênios descontinuados como, por exemplo, os da ANFACER, IBRAVIN e SIAESP e à redução na execução das ações planejadas pelos efeitos da Covid 19, conforme apresentado na Nota Explicativa 1.5.

(ii) Projetos finalísticos são projetos próprios de promoção de exportações e atração de investimentos diretos vinculados a feiras, eventos e missões comerciais internacionais. Conforme apresentado na Nota Explicativa 1.5, houve cancelamento de eventos organizados pela Apex-Brasil a partir dos primeiros meses de 2020, no



Brasil e no exterior. Em 2020, o principal evento realizado foi a Gulfood. Em 2019, os principais eventos foram a SXSW, a Gulfood, OTC, Isalone, Expoantad e Seafood. A Nota Explicativa 1.5 apresenta os impactos da pandemia nos projetos finalísticos.

- (iii) A variação decorre principalmente da contratação de pesquisa qualitativa e estudos setoriais para alguns mercados do Plano Nacional de Exportações, realizados por empresa especializada.

22 Despesas com viagens

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Despesas com passagens e transporte	687	547
Despesas com viagens de empregados	1.178	719
Despesas com viagens de convidados	31	57
Total	1.896	1.323

23 Despesas com comunicação, marketing e propaganda

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Despesas com marketing e propaganda	1.491	2.676
Despesas com comunicação (jornais, revistas e periódicos)	52	173
Total	1.543	2.849

24 Despesas com pessoal, encargos e benefícios

Referem-se a despesas com salários, encargos e benefícios de pessoal efetivo, assessores e cedidos da União, e são demonstradas como segue:

<u>Descrição</u>		<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Despesas com pessoal	(i)	18.577	21.774
Despesas com encargos	(ii)	5.457	4.593
Despesas com benefícios		5.525	5.080
Total		29.559	31.447

- (i) No primeiro trimestre de 2019 ocorreu o desligamento de 75 colaboradores, representando R\$ 5.499 em indenizações sobre rescisão de contrato de trabalho no período. Também ocorreram 64 admissões, substancialmente nas categorias de Analista e Assistente oriundos de processo seletivo público.
- (ii) As demissões ocorridas em 2019, que aumentaram as despesas de pessoal, resultaram em valores significativos de verbas indenizatórias sem incidência de INSS, justificando a variação entre os períodos.



25 Despesas gerais e administrativas

Descrição		31/03/2020	31/03/2019
Despesas com locação de mão de obra		895	936
Despesas com licenças e serviços técnicos em software	(i)	1.374	1.179
Despesas com serviços advocatícios		125	125
Consultoria, auditoria e serviços técnicos especializados		1.042	1.300
Despesas com manutenção e serviços gráficos		62	58
Total de despesas com serviços de terceiros		3.498	3.598
Despesas com locação de bens móveis e imóveis e estrutura		1.356	1.402
Despesas com serviços de comunicação (internet e telefone)		205	282
Despesa com materiais em geral		45	174
Taxas judiciais e cartoriais		9	18
Capacitação e treinamentos	(ii)	224	2
Demais despesas operacionais		88	57
Total de despesas com infraestrutura operacional		1.927	1.935
Total		5.425	5.533

- (i) O aumento das despesas deve-se a renovação de licenças de software como serviço a partir do início do exercício.
- (ii) O aumento das despesas em 2020 deve-se à contratação de empresas para prestação de serviços de capacitação para entidades setoriais como, por exemplo, a “Capacitação em Marketing Internacional”, ministrada pela ESPM em parceria com a Apex-Brasil.

26 Despesas com provisão judicial e administrativa

Descrição		31/03/2020	31/03/2019
Provisão da taxa administrativa da Receita Federal	(i)	2.459	2.399
Provisões Judiciais Trabalhistas	(ii)	282	42
Total		2.741	2.441

- (i) Remete-se a presente Nota Explicativa àquela referenciada no capítulo de Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota Explicativa nº. 17), consignando-se que os valores apresentados na presente demonstração se referem aos valores acrescidos à provisão em razão da classificação de perda provável em relação à Taxa da Receita Federal (diferença de 2% entre o cobrado pela RFB de 3,5%) e ao percentual reduzido em razão do mandado de segurança.
- (ii) A variação decorre da atualização monetária dos processos existentes e provisão de um processo que teve seu status revisado pelos consultores jurídicos.



27 Despesas tributárias

As despesas tributárias da Apex-Brasil estão diretamente atreladas aos repasses aos EAs, aos eventos e projetos realizados pela Agência no exterior. A composição desta despesa é como segue:

Descrição		31/03/2020	31/03/2019
Imposto de renda sobre remessa para o exterior	(i)	1.682	1.221
CIDE sobre remessa para o exterior	(ii)	1.137	1.625
Impostos Municipais		2	11
Impostos e contribuições do exterior		9	247
IOF		374	72
Total		3.204	3.176

- (i) Estas despesas são oriundas de imposto de renda sobre remessas para o exterior realizadas para os escritórios e para pagamentos de serviços técnicos especializados contratados no Brasil. Em certos casos são solicitados pedidos de isenção de Imposto de Renda, em consonância com a Lei nº 9.841, de 13 de agosto de 1997. Nesses casos, a Apex-Brasil encaminha o pleito de isenção por meio do SISPROM. O aumento das despesas decorre do pagamento de serviços de organização de eventos no exterior, como a Gulfod e a Prodexpo no início de 2020. Cabe destacar que a CIDE e o IR não possuem a mesma base de análise tributária, pois além da isenção de Imposto de Renda sobre algumas remessas, as alíquotas variam de acordo com o destino, sendo maiores para países que não tributam a renda, como Dubai por exemplo.
- (ii) A redução da CIDE no período se dá pelo menor volume de remessas a fornecedores, além da redução do volume das remessas de custeio dos Escritórios no exterior. No primeiro trimestre de 2019, houve pagamentos de CIDE sobre remessas isentas de Imposto de Renda para o organizador de eventos nos Estados Unidos.

28 Despesas de Depreciação e Amortização

Descrição		31/03/2020	31/03/2019
Depreciação		283	320
Amortização		107	45
Depreciação Direitos de Uso (Nota 10)		1.573	1.447
Total		1.963	1.812



29 Resultado financeiro líquido

Descrição	31/03/2020	31/03/2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.773	4.521
Receitas com variação cambial	3.000	554
(-) Deduções s/Receitas Financeiras (i)	(417)	(208)
Total de receitas financeiras	7.356	4.867
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	37	43
Correção Monetária s/ provisão taxa administração (ii)	859	1.086
Variação cambial (iii)	1.673	595
Juros sobre direito de uso (Nota 15)	613	741
Total de despesas financeiras	3.182	2.465
Total	4.174	2.402

- (i) A COFINS sobre rendimentos financeiros é apresentada como redutor da receita de aplicação financeira, respeitando-se a prática contábil predominante no Brasil;
- (ii) Refere-se substancialmente à correção monetária calculada à base da Taxa SELIC da contingência passiva já provisionada pela Entidade, referente ao processo administrativo que discute o percentual de cobrança da taxa de administração do repasse da SRFB à Apex-Brasil (Vide Nota Explicativa nº 17); e
- (iii) Variação cambial resultante da variação cambial sobre as operações no exterior, incluindo saldo em bancos, contas a pagar, direito de uso, entre outros; e justifica-se pela forte desvalorização cambial do Real frente ao Dólar e Euro, ocorrida no primeiro trimestre de 2020.

30 Benefícios pós-emprego

A Apex-Brasil é fundadora e patrocinadora do plano de benefícios ApexPrev, administrado e executado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, exceto pelos riscos adicionais vinculados à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte, que estão asseguradas por Seguradora, sem qualquer risco para a Entidade. O plano ApexPrev foi criado em 2013 e assegura os seguintes benefícios:

- Benefício de Aposentadoria normal;
- Benefício de Aposentadoria antecipada;
- Benefício Decorrente da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por morte.

Os benefícios de risco assegurados pela ApexPrev e cobertos através de apólice de seguradora aos seus participantes são:

- Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e



- Pensão por morte.

O referido Plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Adicionalmente, os benefícios de risco existentes no ApexPrev estão cobertos por empresa seguradora, cuja apólice atual está vigente até 31 de julho de 2020, a qual assegura aos seus participantes a garantia de pagamento de uma projeção dos seus benefícios futuros caso ocorra um dos seguintes sinistros:

- Pensão por morte; e
- Aposentadoria por invalidez.

Tendo em vista esse seguro contratado, a Apex-Brasil exime-se dos riscos atuariais elencados na NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados.

31 Cobertura de seguros (Não auditada)

Os bens móveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

As principais coberturas para o período de vigência da apólice de 06/12/2019 a 06/12/2020 são:

- Incêndio/Raio/Explosão/Implosão acidental/Fumaça/Queda de aeronave – R\$ 4.088.691,20
- Danos Elétricos – R\$ 30.000,00
- Perda ou Pagamento de Aluguel a Terceiros – R\$ 1.365.058,62
- Quebra de vidros – R\$ 25.000,00
- Responsabilidade Civil Empregador – R\$ 200.000,00
- Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais – R\$ 200.000,00
- Responsabilidade Civil Danos Morais – R\$ 500.000,00
- Roubo e/ou subtração de Bens mediante arrombamento – R\$ 30.000,00
- Tumultos, greves e atos dolosos – R\$ 50.000,00
- Vendaval/Furacão/Ciclone/Granizo/Impacto veículos terr. – R\$ 50.000,00

32 Gestão de Riscos

A Apex-Brasil poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:



- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de mercado

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Apex-Brasil está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta Nota Explicativa descreve os objetivos, as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas a seguir.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Apex-Brasil, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta Nota Explicativa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. As exigibilidades das obrigações da Apex-Brasil são registradas nas demonstrações contábeis, relevantemente no curto prazo, e não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Apex-Brasil em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, é importante mencionar a boa situação de liquidez de curto e longo prazos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, consequentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge, preponderantemente, das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados, principalmente, pelo Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. As informações referentes aos fundos, com composição das carteiras e regulamento estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.



Exposição a risco de crédito

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	32.690	3.182
Créditos a receber	40.115	72.350
Adiantamentos Concedidos	20.911	18.196
Direitos de Créditos	2.713	1.860

Em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a Apex-Brasil não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado (taxa de juros e cambial)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ter ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e os seus ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 5, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio que compreendem relevantemente os numerários mantidos em moeda estrangeira nos seus escritórios no exterior (Vide Nota Explicativa nº 2.10) e na própria conta no exterior mantida pela Apex-Brasil no valor de USD 5.500 mil (Nota explicativa nº. 4).

Além disso, a Entidade possui o seu principal passivo, referente à provisão para taxa de administração da Receita Federal do Provisão (Nota Explicativa nº 17), corrigido pela variação da SELIC mensal.

33 Balanço Orçamentário

33.1 Execução do Orçamento da Apex-Brasil como parte das Demonstrações Contábeis

O CFC, por meio da resolução NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, publicada em 31 de outubro de 2018, estabelece que as informações orçamentárias das entidades que publicam seu orçamento aprovado, devem ser incluídas nas demonstrações contábeis.

O TCU, através do Acórdão nº 991/2019, ao avaliar o nível de transparência das entidades do “Sistema S” recomendou que a divulgação do orçamento e das execuções trimestrais, ocorressem por meio dos respectivos sítios eletrônicos, destacando:

- A desagregação, que deve ser nos mesmos moldes e nível dos que são encaminhados para aprovação ministerial;
- o documento de aprovação Ministerial (portaria); e



- c. as demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a NBC-T 16.6 (atual NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis), assinadas pelos contadores responsáveis e com indicação dos dirigentes.

33.2 Conciliação do resultado Orçamentário e o Resultado Contábil – Receitas

Receitas contábeis	
Receita sem contraprestação com contribuição social líquida	121.101
Receitas com contraprestação de serviços e outras receitas	1.450
Receitas financeiras	7.356
	<hr/>
	129.907
(+) Receitas consideradas somente para fins orçamentários	
Receita de capital (saldo orçamentário do período anterior trazido para o exercício corrente)	386.024
	<hr/>
	386.024
(-) Receitas não consideradas para fins orçamentários	
Variação cambial positiva	(3.000)
Receita de doações	(55)
Atualização monetária de valores a receber	(26)
Outros efeitos agregados	(19)
	<hr/>
	(3.100)
TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA	<hr/> <hr/>
	512.831



33.3 Conciliação do resultado Orçamentário e o Resultado Contábil – Despesas

Despesas contábeis	
Despesas operacionais	92.009
Despesas financeiras	3.182
	<hr/>
	95.191
(+ / -) Despesas reconhecidas em base de caixa (diferença entre o incorrido por regime de competência e o pago no período)	
Despesas com convênios (variação positiva de adiantamentos de convênios)	1.623
Aluguéis	2.051
Aquisição de softwares e equipamentos de informática	1.087
Despesas de viagens	(400)
Processos trabalhistas	133
Aquisição de periódicos	54
	<hr/>
	4.548
(+/-) Despesas não consideradas para fins orçamentários	
Glosa de convênios (reductor da despesa de convênios)	581
Variação cambial passiva	(1.671)
Correção monetária de Provisão contingencial	(859)
Despesas financeiras de arrendamento	(613)
Depreciação	(283)
Amortização	(107)
Depreciação do Direito de Uso - Arrendamentos	(1.574)
Constituição Provisão - Taxa de Administração Receita Federal	(2.459)
Baixa de ativo imobilizado / intangível	(30)
	<hr/>
	(7.015)
TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA	<hr/>
	92.724

34 Transações com partes relacionadas

São definidas como partes relacionadas da Apex-Brasil:

- Pessoal-chave da Administração e sua remuneração;
- Plano de Benefícios ApexPrev (Nota Explicativa nº 30);
- Empréstimo para diretores: a Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes; e
- Remuneração de Conselheiros de administração e Conselheiros fiscais: a Entidade não remunera seus Conselheiros.

A seguir, os custos com remunerações atribuídos à Diretoria, em conformidade com o que determina a NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes relacionadas, no 1º trimestre de 2020 e de 2019:



Descrição	31/03/2020	31/03/2019
Pró-labore de Diretores	301	283
Descanso anual de Diretores	33	35
Gratificação anual de Diretores	25	22
Encargos sociais	102	93
Total	461	433

Os valores acima compõem os valores de Despesas com pessoal, encargos e benefícios apresentados na Nota Explicativa nº 24.

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA
DE ABREU FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF

